

JUVENTUDE NEGRA, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: um relato de experiência sobre a atuação do Coletivo Dandaras na UFSB

Danielle Ferreira Medeiro da
Silva de Araújo¹

1. INTRODUÇÃO

RESUMO: o presente trabalho visa discutir sobre o acesso da juventude negra aos espaços de construção de conhecimento como instrumento de luta para auxiliar no combate ao racismo e consequentemente a uma educação pautada em práticas antirracistas. Para tanto, o artigo apresenta vivências práticas para a construção de uma educação antirracista a partir do relato de experiência do Coletivo Dandaras formado por mulheres negras discentes da Universidade Federal do Sul da Bahia.

Palavras-chave: direitos humanos; educação antirracista; juventude negra.

ABSTRACT: this work aims to discuss the access of black youth to spaces for knowledge construction as a tool of struggle to help combat racism and consequently to an education based on anti-racist practices. To this end, the article presents practical experiences for the construction of an anti-racist education based on the experience report of the Collective Dandaras formed by black women students from the Federal University of Southern Bahia.

Keywords: human rights; anti-racist education; black youth.

A superação das desigualdades entre negros e brancos na sociedade brasileira passa pela reflexão sobre o direito à educação antirracista. O direito à educação está assegurado em dois instrumentos jurídicos importantes, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948 e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, somado a outros instrumentos legais em que o Brasil é signatário para a eliminação da discriminação racial, como a Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1969), do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, da Convenção III da OIT sobre Discriminação no Emprego e na Profissão (1968) e, mais recentemente, da Carta da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (2001). Portanto, a educação é reconhecida como um direito humano e fundamental, e a sua realização é imprescindível para a construção de uma vida digna e de uma sociedade igualitária.

Porém, a educação não é garantida de forma igualitária, configurando-se muitas vezes como mais um microssistema de dominação e sujeição², em que o “insucesso” escolar e profissional das classes populares são explicados a partir de critérios meritocráticos que tendem a ocultar uma questão de desigualdade social (SOUZA, 2009), cunhada em questões raciais.

O acesso da população negra aos espaços de construção de conhecimento é fundamental para auxiliar na luta de combate ao racismo e consequentemente a uma educação pautada em práticas antirracistas. Apesar da entrada em vigor da Lei nº 10.639/03 e da implementação do sistema de cotas para negros, as dificuldades de ingresso da juventude negra na pós-graduação são muitas, advindas do racismo e das desigualdades sociais e econômicas e do acesso precário aos sistemas de ensino.

Vários são os entresos para o sucesso educacional da juventude negra³, poucos alcançam a acumulação do capital intelectual, uma vez que esta população continua, em sua maioria, com o seu tempo destinado quase que exclusivamente ao universo do trabalho, que para este grupo apresenta-se de forma esgotante, exploradora, informal e manual⁴. De acordo com as estatísticas onde se encontra a juventude negra no Brasil?

O Mapa do Encarceramento – Os Jovens do Brasil (2015) analisou dados sobre o sistema prisional brasileiro, de 2005 a 2012, nesta pesquisa observou-se que a maioria dos encarcerados era jovem (entre 18 e 24 anos), ou seja, 54,8% da população encarcerada. A seletividade racial aponta para a maioria negra entre os presos no país, em 2012 o percentual era de 60,8% de negros na população prisional.

Resalta-se que faltam dados sobre cor/raça em relatórios sobre o sistema carcerário em âmbito nacional, o que dificulta muito as análises sobre para a formulação e avaliação de políticas públicas que visem a superação das desigualdades entre os diversos grupos étnico raciais na população brasileira (BRASIL, 2015).

De acordo com o Mapa de Vulnerabilidade da Juventude – 2017 a violência atinge principalmente os jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. O risco de um jovem negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,7 vezes maior que de um jovem branco (BRASIL, 2017).

Segundo o Atlas da Violência 2018, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%, enquanto a de brancos teve uma redução de 6,8%. Em 2016, a taxa de homicídio contra negros foi duas vezes e meia superior aos não negros (16,0% contra 40,2%). O Anuário Brasileiro de Segurança Pública analisou 5.896 boletins de ocorrência decorrentes de intervenções policiais entre 2015 e 2016 e identificou

1 Mestre e Doutoranda em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia E-mail: dannymedeiro@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7918-4126>
2 Funcionam no interior do corpo social e operam a partir de múltiplas formas transmitindo e reproduzindo efeitos de poder nos corpos, gestos, discursos e desejos (FOUCAULT, 1979).

3 Assim, é necessário pensar “Como preparar, instrumentalizar os educandos já marcados pela exclusão, para este território que é o mundo do trabalho, que não é pensado para todos? Partindo desta reflexão, poderíamos ainda indagar: de que modo inserir estes sujeitos de forma positiva no mundo do trabalho, considerando que este se encontra cada vez mais exigente, competitivo e restritivo?” (ASSIS, 2015, p.98).

4 Os dados estatísticos reafirmam esse lugar do negro na sociedade. De acordo com dados do GEEMA 2017, a divisão racial do trabalho acaba por alocar os brancos nas ocupações intelectuais e os não-brancos representados nos trabalhos manuais, com destaque para a alta proporção de pretos nos serviços domésticos (7% brancos e 14% negros).

76,2% das vítimas como negras. Ainda segundo o Atlas da Violência – 2018 (2018, p.40) “uma das principais facetas da desigualdade racial no Brasil é a forte concentração de homicídios na população negra. É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos”.

A Nota Técnica do IPEA – Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios – 2016 (IPEA, 2016) aponta bem para a origem transversal do problema da delinquência e criminalidade que exige uma ação conjunta e intersetorial das áreas de saúde, educação, habitação, esporte, mercado de trabalho, entre outros. O fenômeno da criminalidade estaria associado a muitas portas fechadas que a criança e adolescente encontram na família, no convívio social, na escola e no mercado de trabalho, a única porta aberta seria o mercado do crime, um universo de retornos financeiros e simbólicos.

Toda essa realidade que aprisiona a população negra é apresentada no Relatório da CPI dos Assassinados dos Jovens que assevera “a sociedade racista cria mecanismos, institucionais ou não, que impingem limites e mesmo a exclusão, fazendo com que a pessoa negra esteja mais vulnerável a situações de imobilidade social associadas à pobreza e à miséria, quando não a situações extremas que levam à alienação e, no limite, à morte” (2016, p. 36).

Por isto refletir sobre o acesso e a permanência da juventude negra no sistema educacional é tão importante. Freire apregoava que o saber científico deve levar em conta a “leitura de mundo” do educando, que precede a leitura da escrita, composta por saberes outros advindos da experiência. O primeiro, dissociado da realidade anula as diversidades locais e reafirma as desigualdades sociais ao invés de instrumentalizar as classes pobres para a superação das injustiças. Para o autor, a falta de acesso dos grupos desprivilegiados a uma educação reflexiva, crítica e de qualidade fortalece as relações sociais pautadas na assimetria de poder (FREIRE, 2007).

A educação é ainda hoje um privilégio nos países da América Latina⁵ e pensada como instrumento de resistência e reelaboração do saber acaba por tornar-se uma disputa entre as classes sociais no Brasil, pelo temor das classes dominantes de ver o negro instruído. Desta forma, as ações afirmativas constituem-se como instrumento reparador por uma injustiça passada (GUIMARÃES, 1996) e passa a alterar o cenário educacional no país, principalmente para a

juventude negra.

Apesar do contexto de exploração e desigualdade, a população negra sempre esteve em movimento contra-hegemônico, em busca do reconhecimento da sua humanidade, da garantia de direitos e da valorização da sua história, contada não a partir do olhar do colonizador, mas a partir do lugar de luta do povo negro. Assim, descolonizar teria relação com os atos de insurgência (MALDONADO-TORRES, 2018) que os negros praticam desde o período colonial e

com as lutas que resultaram na implementação das políticas públicas de promoção da igualdade racial.

No contexto de ampliação do acesso ao ensino superior, a Universidade Federal do Sul da Bahia, uma das mais novas do país, foi criada em 5 de Junho, quando a Presidenta Dilma Rousseff sancionou-o como Lei 12.818/2013, com Reitoria em Itabuna e campi em Teixeira de Freitas e Porto Seguro. Atualmente, a Universidade possui quatro Programas de Pós-Gradu-



⁵ É possível observar significativas desigualdades raciais de renda internas às categorias ocupacionais (as classes sociais mais altas, agrega as categorias de profissionais e administradores (de alto e baixo nível) e de proprietários e empregadores (rurais ou não) – 11,5% de brancos, 4,2% pardos e 3,4% de negros, enquanto nos trabalhos manuais qualificados (negros 29,8%, pardos 28,6% e brancos 23%) e trabalhos manuais não-qualificados (negros 21,8%, pardos 18,7% e brancos (11,9%)). (LEÃO, et al, 2017).

da Bahia (UFSB), que tem por objetivo lutar pela melhor implementação da Política de Ações Afirmativas na pós-graduação da UFSB. Este artigo pretende apresentar o processo de criação do Coletivo Dandaras em 2018 e sua prática de educação antirracista e decolonial, a partir de relatos sobre o curso “Enegrecendo a academia: escrita e publicação de textos acadêmicos” realizado em maio de 2019 na UFSB em parceria com o Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais (PPGER). A metodologia do presente texto é baseada em relato de experiência entrelaçado com dados estáticos e referências bibliográficas que abordam a temática.

2. MULHERES NEGRAS EM LUTA: A CRIAÇÃO DO COLETIVO DANDARAS NA UFSB

Pensar a relação racial dentro do espaço acadêmico requer uma reflexão crítica sobre outras epistemologias. De acordo com Haraway (1994) seria possível se pensar fora de uma perspectiva totalizadora, que acaba por perder parte da realidade; a autora sinaliza a possibilidade de se pensar a partir da parcialidade, de fragmentos, de um lugar desprezado que recusa as polaridades. E é do não-lugar das mulheres negras na sociedade e na Academia que este texto é escrito. A mulher negra ainda está ligada à representação social⁷ dos trabalhos manuais, e existe uma dificuldade em se conceber a sua atuação fora da figura de doméstica⁸. De acordo com Cardoso, uma explicação para isso é que “o colonialismo essencializou, classificou e inventou corpos colonizados, transformando-os em alvo de estereótipos e representações racializadas” (CARDOSO, 2018, p. 318). Estas representações sociais dos negros, e em particular das mulheres negras, foram sendo construídas em um espaço social⁹ de lutas pelo acesso ao capital¹⁰, em suas múltiplas formas. Segundo Correa,

ação: Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais (PPGCTA); Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER); Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES); e, Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família (PRO-

FSAÚDE)⁶.

Visando auxiliar na entrada de estudantes negras e negros na pós-graduação foi criado o Coletivo Dandaras – mulheres negras discentes do Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul

6 Disponível: <https://www.ufsb.edu.br/a-ufsb/apresentacao-ufsb> Acesso em: 29 jun. 2019.

7 Jodelet afirma que, “Concernem ao conhecimento dito de senso comum, utilizado na experiência cotidiana; são programas de percepção, constructos com status de teoria ingênua, servindo de guia de ação e de leitura da realidade; são sistemas de significações, permitindo interpretar o curso dos acontecimentos e das relações sociais; expressam a relação que os indivíduos e os grupos mantêm com seu “mundo de vida” e os outros atores sociais; são forjadas na interação e em contato com os discursos em circulação no espaço público; e estão inscritas na linguagem e nas práticas e funcionam como linguagem em razão de sua função simbólica e dos referentes que elas fornecem para codificar e categorizar o que povoa o universo de vida. (JODELET, 2018, p.430).

8 De acordo com dados do GEEMA - 2017, a divisão racial do trabalho acaba por alocar os brancos nas ocupações intelectuais e os não-brancos representados nos trabalhos manuais, com destaque para a alta proporção de pretos nos serviços domésticos (7% brancos e 14% negros). (LEÃO, et al, 2017)

9 Entendido como espaço multidimensional de posições em que diferentes agentes lutam pelo acesso ao capital de modo desigual, descrito também como um campo de forças objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais (BORDIEU, 2009).

10 O capital pode ser demonstrado através de propriedade materiais, mas também em estado incorporado, como o capital cultural (BOURDIEU, 2009).

O negro foi frequentemente associado na historiografia brasileira à condição social do escravo. A menção ao primeiro remete-se quase automaticamente à imagem do segundo. Negro e escravo foram vocábulos que assumiram conotações intercambiáveis, pois o primeiro equivalia a indivíduos sem autonomia e liberdade e o segundo correspondia – especialmente a partir do século XVIII – a indivíduo de cor. Para a historiografia tradicional, este binômio (negro-escravo) significa um ser economicamente ativo, mas submetido ao sistema escravista, no qual as possibilidades de tornar-sesujeito histórico, tanto no sentido coletivo como particular do termo, foram quase nulas. (CORREA, 2000, p.87).

A escravidão deixou um legado grande para os brancos, uma herança fruto da apropriação do trabalho dos negros e outros povos. Portanto, manter o silêncio faz parte do jogo de interesses econômicos, em que a inércia permite não compensar, não indenizar a população negra pela espoliação sofrida, e as políticas públicas direcionadas aos que foram excluídos do acesso aos capitais simbólicos e materiais, tais como os negros, não são vistas como direitos, mas como favores dos brancos. (BENTO, 2002)

Historicamente, a população negra foi excluída do acesso a diferentes tipos de capital. O Relatório das Nações Unidas - CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) intitulado “A ineficiência da desigualdade”¹¹, divulgado em 2018, afirma que a maior ou menor presença em meios que impõem ideias, ideologias garante assimetrias em múltiplos âmbitos da vida coletiva, perpetuando a cultura do privilégio. Romper com essa cultura que naturaliza o conhecimento ocidental e branco requer que espaços tradicionais de exclusão sejam modificados a partir da produção de outras temáticas que privilegiem temas marginais, as relações étnico-raciais e a interculturalidade.

Neste propósito de reflexão crítica sobre o lugar da mulher negra na pós-graduação, o Coletivo Dandaras¹² de Mulheres Negras descendentes do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES) da UFSB foi constituído com

o objetivo de atuar pela efetividade da política de cotas por meio do acompanhamento das(os) candidatas(os) em todas as etapas do processo seletivo e enquanto grupo de pós-graduandas, colaborar no desenvolvimento acadêmico das integrantes.

Segundo o IBGE, somente 12,8% dos estudantes em instituições de ensino superior brasileiras, entre os 18 e os 24 anos de idade, são negros (pretos e pardos), de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes a 2015¹³. Na pós-graduação,

[...] entre os anos 2013-2015 foram encontrados apenas 15,22% de negros (pretos e pardos). Se recortarmos esse número para pretos, o percentual cai para 3%[...] Se analisarmos os dados do estudo Mestres 2012: Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE) do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), divulgado em 2013 pelo Governo Federal, naquele ano os brancos, que no período correspondiam a 47% da população, representavam 80% dos mestres e doutores titulados. Os pardos, que eram naquele ano 42% da população, representavam apenas 16% dos mestres e 12% dos doutores titulados. Os pretos, que eram 8% da população, representavam no período 3% dos mestres e 2% dos doutores. (NASCIMENTO, 2018, p. 118).

A proposta inicial do Coletivo Dandaras foi buscar junto ao PPGES a adequação dos editais de seleção do Programa conforme determina a Lei de Cotas para concursos públicos¹⁴, ampliando assim as possibilidades de entrada de mais negros no Programa. Todavia, até o ano de 2018, mesmo com todas as discussões apresentadas, o PPGES já realizou alterações que propiciassem a aplicação da lei de cotas com clareza.

Outra forma de atuar pela implementação de Políticas Afirmativas mais amplas e efetivas, foi a formulação de projetos que pudessem diminuir as assimetrias existentes entre os candidatos durante o processo seletivo. O Projeto Monitoria Voluntária ofereceu no ano de 2018 a colaboração gratuita as(os) candidatas(os)

com perfil cotista que pretendem se inscrever no processo seletivo do PPGES na categoria Política Afirmativa (negros, indígenas, pessoa com deficiência e pessoa trans).

A proposta inicial das atividades do Projeto Monitoria Voluntária agregavam vídeos sobre os principais pontos do edital do Programa e dicas para a atualização do currículo lattes, revisão dos projetos de pesquisa, com programação para a realização de aula presencial e virtual de inglês, discussão presencial e virtual sobre os textos da bibliografia e preparação para a prova oral. Porém, a dificuldade financeira para realizar todas as atividades e a desistência de algumas candidatas e candidatos, e a não aprovação destes nas fases iniciais fizeram cessar as atividades antes da fase da prova oral.

Estas propostas de atividades foram pensadas por muitos candidatos não conseguirem acompanhar as exigências colocadas pelo Programa, seja pelas dificuldades na vida escolar, falta de experiência com iniciação científica, o não acesso a cursos de idiomas, dificuldades de acesso a bibliotecas universitárias, inúmeros empecilhos que acabam por impedir que determinados grupos acessem à pós-graduação, pois não possuem familiaridade com a área. Vale ressaltar que a escassez de programas de pós-graduação na região de Porto Seguro e de Teixeira de Freitas, principalmente, colaboram para essa falta de intimidade com as pós-graduações stricto sensu. A acumulação do capital intelectual ainda não alcança a maioria da população e os entraves para o sucesso educacional perpassam toda a trajetória de vida das comunidades e juventudes negras e periféricas.

Para auxiliar na entrada da juventude negra na pós-graduação o Coletivo Dandaras estruturou o curso “Enegrecendo a Academia: escrita e publicação de textos acadêmicos” realizado em maio de 2019, em parceria com o Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais (PPGER/UFSB), com intuito de instrumentalizar os candidatos em sua preparação para a pós-graduação, fortalecendo assim os instrumentos de luta e resistência contra o racismo.

11 Disponível: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/43569-ineficiencia-desigualdade-sintese>. Acesso em: 29 jun. 2019.

12 Por que o nosso coletivo é denominado Dandaras? Considerada a face feminina da resistência negra instituída no Quilombo dos Palmares, Dandara foi e é uma mulher que representa a insurgência contra as desigualdades, principalmente racial. Ao escolher morrer a voltar a escravidão Dandara nos impulsiona para a luta diária em busca de espaço igual nos locais de poder, entre eles a academia. Portanto, nossa heroína negra, estrategista, capoeirista, líder, obstinada pela liberdade, Dandara, inspira outras mulheres, daí o nome do grupo no plural, Dandaras. Fonte: <http://www.ihu.unisinos.br/170-noticias/noticias-2014/537524-descrita-como-heroína-dandara-mulher-de-zumbi-tem-biografia-cercada-de-incertezas>

13 Dados disponíveis em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2017/11/20/consciencia-negra-nem-13-dos-alunos-de-ensino-superior-sao-negros-no-brasil/>

14 No Brasil ainda não foi definida uma Lei de Cotas para a Pós-Graduação, desta forma, as Universidades Públicas Brasileiras adotam a Lei de Cotas para concurso público, adequando às suas realidades. Em 2017 o Ministério Público Federal enviou um ofício ao Ministério da Educação pedindo esclarecimentos sobre a questão das cotas na pós-graduação. O motivo desse ofício foi a portaria publicada pelo MEC em maio de 2016, dando 90 dias para as Universidades e Institutos Federais apresentarem propostas sobre as cotas na pós-graduação. Ao MPF, o MEC informou que o processo ainda está em andamento, devido as mudanças tecnológicas ocorridas na base de dados da CAPES para fazer um levantamento dos negros, indígenas e pessoas com deficiência atualmente nos cursos de pós-graduação monitorados pela Capes. (MORENO, Ana Carolina. 2017. Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/procuradoria-pede-a-mec-posicao-sobre-cotas-na-pos-graduacao-das-federais.ghtml>. Acesso em 07 de mai. 2019)

3. PRÁTICA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: CURSO “ENEGRECENDO A ACADEMIA: ESCRITA E PUBLICAÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS”

O sistema educacional brasileiro está permeado de práticas racistas, desde a educação infantil até o ensino superior, incluindo a pós-graduação *stricto sensu*, fato que prejudica o desenvolvimento e o sucesso de negras e negros. A desvalorização da população negra dificulta o acesso desta população ao sistema educacional e a sua permanência. (CAVALLEIRO, 2005).

Aspectos do cotidiano escolar como currículo, material didático e relações interpessoais são hostis e limitadores de aprendizagem para os(as) alunos(as) negros(as). Nesses espaços, as ocorrências de tratamentos diferenciados podem conduzir, direta ou indiretamente, à exclusão deles(as) da escola, ou ainda, para os(as) que lá permanecem, à construção de um sentimento de inadequação ao sistema escolar e inferioridade racial. (CAVALLEIRO, 2005, p.69).

Em razão do racismo epistêmico os subalternizados não são reconhecidos como produtores do conhecimento, posto que, é adota predominantemente a epistemologia de base europeia. Nessa perspectiva é importante o conhecimento situado¹⁵, esse conceito agrega também o olhar do pesquisador na produção científica e acadêmica, e com a noção de epistemologia afrocêntrica. Um dos autores citados anteriormente, que contribuiu para episteme latino-americana, o colombiano Fals Borda, criticava o colonialismo intelectual na América Latina, para ele a pesquisa deve ter compromisso, haja vista nenhum trabalho ser neutro, portanto, o pesquisador precisa fazer o movimento de olhar para dentro da sociedade e lutas sociais e criar situações para transformá-la. (FALS BORDA, 2015).

Apesar do Brasil não ser mais uma colônia e a abolição formal da escravidão ter ocorrido mais de um século atrás, os efeitos da desumanização dos corpos negros ainda fazem parte do cotidiano. Segundo Nelson Maldonado-Torres, “[...] colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 35-6).

Anibal Quijano (2006) reconhece o domí-

nio da colonialidade do poder em grande parte América Latina, e também no Brasil, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno. Para o autor o mito da democracia racial é utilizado como máscara para esconder a dominação colonial praticada contra os negros, sendo, portanto, difícil em tais países o reconhecimento da cidadania para a população negra. (QUIJANO, 2006).

Segundo Lander, o colonialismo na América inicia não só a organização colonial do mundo, mas também a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário. Tal organização resultará numa grande narrativa universal que coloca a Europa como centro geográfico e a culminação do movimento temporal, essa narrativa construirá a Europa (Ocidente) e o outro¹⁶. (LANDER, 2005).

Muitos autores estão fazendo o movimento de questionar, repensar e reescrever o lugar do outro, da América Latina, dos negros, dos indígenas na história. Segundo Montero as principais contribuições a episteme latino-americana são a teologia da libertação e na filosofia da libertação, que podem ser encontradas, por exemplo, nas obras de Paulo Freire e Orlando Fals Borda. (LANDER, 2005).

A partir da leitura de autores decoloniais, das leituras sobre educação antirracistas, da nossa experiência de vida e no cotidiano do PPGES nós do coletivo Dandaras começamos a pensar em como atuar para mudar a realidade da aplicação das cotas no programa de pós-graduação, mas também incentivar e proporcionar meios aos possíveis candidatos para a aprovação, mas mais que isso, fazerem da sua pesquisa também uma prática política, ou seja, comprometida com o debate racial.

Kabengele Munanga ao falar sobre os reflexos do mito da democracia racial para uma educação desigual para negros e brancos, explica que, o preconceito dos professores e o conteúdo dos materiais didáticos que desvaloriza a importância da população negra, prejudica e desestimula o discente negro. (MUNANGA, 2005). Segundo o autor,

O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco. Sem minimizar o impacto da situação sócio-econômica dos pais dos alunos no processo de aprendizagem, deveríamos aceitar que a questão da memória coletiva, da história, da cultura e da identidade dos alunos afro-descendentes, apagadas no

sistema educativo baseado no modelo eurocêntrico, oferece parcialmente a explicação desse elevado índice de repetência e evasão escolares. Todos, ou pelo menos os educadores conscientes, sabem que a história da população negra quando é contada no livro didático é apresentada apenas do ponto de vista do “Outro” e seguindo uma ótica humilhante e pouco humana. (MUNANGA, 2005, p. 16).

Continuando o debate, Munanga questiona o que seria capaz de reverter o quadro preconceituoso que prejudica a formação dos negros, não sendo a lei capaz de erradicar atitudes preconceituosas, o pesquisador indica a educação como um caminho eficaz para desconstruir o mito a superioridade e inferioridade, dos brancos e negros, respectivamente, sendo necessário mobilizar forças para combater o racismo. (MUNANGA, 2005).

É a partir desse contexto de discursões sobre o debate decolonial na América Latina e Brasil e da busca por uma educação antirracista que o curso Enegrecendo a Academia foi pensado. Aos negros e negras até recentemente não era permitido estudar, depois do acesso a escolas nós não conseguimos acessar os bancos das universidades, quando algum negro ou alguma negra conseguia era a partir de um contexto de luta muito grande que resultava em sacrifícios físicos, financeiros e psíquicos. A juventude negra acessa hoje os cursos de nível superior graças a luta do povo negro por séculos, das políticas públicas de ação afirmativa e da luta diária coletiva e individual para vencer os desafios em um mundo opressor e racista.

A intenção com o curso foi passar um pouco da nossa experiência para as (os) participantes, dividir nossa luta para entender os caminhos da Academia e nossas escolhas por evidenciar nosso lugar de fala, os debates sobre raça e a necessidade de buscar articulações para efetivar os direitos humanos e fundamentais garantidos pela Constituição. Como fazer as publicações, como buscar produções interessantes para o seu currículo e então torná-lo atrativo para os cursos de Pós-graduação, para os concursos e para as comunidades em que estão inseridas (os)?

O curso foi dividido em três encontros, de quatro horas cada, totalizando doze horas. O curso teve como objetivo fomentar a publicação de textos científicos por estudantes de pós-graduação que tenham

¹⁵ Como a contribuição de Haraway (1994) o que se pretende é a defesa de um conhecimento situado, que exponha a visão parcial desde um corpo contraditório e complexo em contraposição a uma visão de cima e simplista, que busque as possibilidades de conexões e aberturas inesperadas a partir de um viver dentro de limites e contradições.

¹⁶ O que é possível perceber é que, “[...] a noção de universalidade a partir da experiência particular (ou paroquial) da história europeia e realizar a leitura da totalidade do tempo e do espaço da experiência humana do ponto de vista dessa particularidade, institui-se uma universalidade radicalmente excludente”. (LANDER, 2005, p. 10).

como sujeitos de pesquisas as populações subalternizadas, tais como: população negra, população indígena, população quilombola, população de terreiros e outros povos tradicionais, população LGBTQ+, pessoas com deficiência, dentre outros. O curso visava incentivar a escrita e publicação de artigos acadêmicos que versassem sobre questões marginais, relações étnico-raciais e interculturalidades, possibilitando assim a visibilidade de outros olhares e lentes na construção do conhecimento acadêmico/científico, tradicionalmente branco.

Ainda são brancos, em sua maioria, que escrevem sobre os problemas dos negros e de outras populações, portanto, tais populações ainda são tratadas como objeto de pesquisa, como seres exóticos que necessitam ser desvendados¹⁷. Assim, o curso não só apresentou as questões técnicas, mas também questionou o lugar ocupado pelas populações historicamente espoliadas no cenário acadêmico. Romper com essa cultura que naturaliza o conhecimento ocidental e branco requer que espaços tradicionais de exclusão sejam modificados a partir da produção de outras temáticas que privilegiem temas marginais, as relações étnico-raciais e a interculturalidade.

Enegrecer a Academia através da produção de conhecimentos acadêmicos torna-se mais um instrumento de luta contra o racismo no Brasil. Porém, entendendo que outras populações também sofrem os efeitos da colonialidade do saber, o curso foi voltado não só para as(os) estudantes negras(os) ou que tenham como sujeitos de pesquisa populações negras, mas também outras populações espoliadas, segregadas do acesso ao capital simbólico, social, econômico e cultural.

Em nosso primeiro encontro um dos pontos de debate foi entender porque a nossa produção científica torna-se tão importante na construção do conhecimento. Foi utilizada frase de uma mulher negra para pensar o lugar de fala, Djamila Ribeiro, que aponta, “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a história-

grafia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social”. (Djamila Ribeiro, 2007, p. 37).

O fato de verificarmos pouca citação de negros, negras, indígenas, transexuais não é pelo fato de não ter negros e negras, indígenas, transexuais escrevendo antes de nós, a questão da invisibilidade destes diante da Academia relaciona-se ao fato de que o lugar de produção científica é historicamente marcado pelos privilégios, o que nos remete aos conceitos de branquitude e colonialidade.

Ao falar sobre branquitude sobre o que estamos abordando? De acordo com Lia Schucman, a branquitude (identidade racial branca) se caracteriza como um lugar de privilégio materiais e simbólicos, justificada a partir da idéia de superioridade racial branca. Branquitude é, portanto, algo construído socialmente, um produto da história e que se relaciona com outros marcadores sociais. (SCHUCMAN, 2014: 135-6). Nesse contexto é necessário ressaltar o valor da prática antirracista, anti-homofóbica, antixista, não só pelos sujeitos, mas por toda a sociedade.

Por isso, é relevante que todas as pessoas tenham consciência e informação para cada vez mais praticar atitudes que buscam a realização de uma sociedade mais justa, independente de cor da pele, etnia, classe, sexualidade, idade, etc. É muito importante garantir a diversidade e interculturalidade na produção científica, mas também é importante que os próprios sujeitos escrevam sobre os seus problemas, suas lutas, sua história, saindo da postura de objeto da ciência para sujeito.

Assim, no primeiro encontro os estudantes foram convidados a realizar um percurso de aprofundamento em questões práticas para a escrita e publicação de textos acadêmicos, somada a uma oportunidade de discussão crítica sobre os processos de construção do conhecimento. No curso, conceitos como branquitude¹⁸, interculturalidade¹⁹, descolonização²⁰ e ecologia de saberes²¹ foram tratados de forma dinâmica sempre vinculados aos ricos casos concretos vivenciados pela turma.

Para o segundo encontro convidamos

as participantes a compartilhar sua produção, esboços, artigos ou quaisquer conteúdos em construção e/ou finalizados para que coletivamente fosse realizada a troca experiências e conhecimentos que pudessem fortalecer a nossa prática de escrita. A nossa intenção era que ao trabalhar com os textos das participantes para orientá-las sobre possíveis formas de organizações de textos a partir de nossa experiência. O objetivo é instrumentalizar as discentes para que conhecessem os critérios de avaliação das Revistas acadêmicas e se sentissem mais seguras para o encaminhamento de materiais aos veículos de publicação, uma vez que um dos entraves para acessar os cursos é a ausência de publicação em Revistas Científicas.

No último encontro do nosso curso “Enegrecendo a Academia” visando instrumentalizar nossas discentes para a produção acadêmica, dividimos nossas vitórias, acertos e erros, porque com os erros também aprendemos muito em nossa caminhada, fizemos uma visita na Plataforma Latte, e mais uma vez teremos a oportunidade de visualizar a revisão de artigo, ampliar os conhecimentos sobre plágio e autoplágio, verificar quais são os principais pontos de avaliação dos pareceristas, além de compreender o passo a passo para a coordenação de Dossiês e Coletâneas.

Nossa intenção foi compartilhar um pouco da nossa experiência para as discentes, apesar da nossa caminhada recente, em busca da garantia da diversidade e interculturalidade na produção científica, fazendo emergir mais e mais mulheres, indígenas, negrxs, transexuais na academia não só como estudantes, mas também futuros debatedores, docentes, etc. É com muita expectativa que esperamos que sujeitos historicamente excluídos da produção acadêmica ocupem os espaços, deixem sua marca e façam ecoar suas vozes realizando discussões críticas sobre os processos de construção do conhecimento.

17 Não se pretende reduzir o assunto somente pela branquidade da produção científica sobre os negros, torna-se necessário discutir também sobre a ausência de indicação de referências bibliográficas negras nos processos seletivos; nos pré-projetos construídos e submetidos; nas aulas de pós-graduação, por exemplo.

18 SCHUCMAN, 2014.

19 “A pesquisa envolve diferentes culturas em diferentes situações sociais, neste sentido estabelecem campos de estudo muito complexos, onde a pesquisa em equipe, a interdisciplinaridade, a pesquisa multimetodológica e fundamentalmente a escuta e o diálogo devem estar presentes” (CALEFFI, 2002).

20 Ao falar sobre a descolonização, ou seja, da necessidade da América Latina se despir da colonialidade que sempre desvelou a distribuição do poder, contribuiu para o processo de racialização e outras desigualdades, Anibal Quijano afirma que, “O Haiti foi um caso excepcional onde se produziu, no mesmo movimento histórico, uma revolução nacional, social e racial. Quer dizer, uma descolonização real e global do poder.[...] Neste sentido, o processo de independência dos Estados na América Latina sem a descolonização da sociedade não pôde ser, não foi, um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais. Desde então, durante quase 200 anos, estivemos ocupados na tentativa de avançar no caminho da nacionalização de nossas sociedades e nossos Estados. Mas ainda em nenhum país latino-americano é possível encontrar uma sociedade plenamente nacionalizada nem tampouco um genuíno Estado-nação.[...] A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno.[...] O que pudemos avançar e conquistar em termos de direitos políticos e civis, numa necessária redistribuição do poder, da qual a descolonização da sociedade é a pressuposição e ponto de partida, está agora sendo arrasado no processo de reconcentração do controle do poder no capitalismo mundial e com a gestão dos mesmos responsáveis pela colonialidade do poder. Consequentemente, é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida.... tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos.” (QUIJANO, 2005, 134-139)

21 Segundo o Boaventura de Sousa Santos (2007, p.87) a ecologia dos saberes tem por base a diversidade de conhecimentos no mundo, sem a ciência uma possibilidade de construção do conhecimento, segundo o autor, “não existe uma unidade de conhecimento”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Coletivo Dandaras enquanto grupo de mulheres negras, com histórico de vida semelhante ao da maioria das nossas iguais, advindas de famílias de baixa renda, que tiveram no trabalho manual o caminho para a sobrevivência, hoje podemos refletir sobre nossas próprias dificuldades em acessar o ensino superior e também sobre o lugar de privilégios a que pertencemos, e buscar a efetividade das políticas de ações afirmativas especialmente para a juventude negra na pós-graduação, estruturando programa de monitoria voluntária para ampliar o acesso de populações historicamente excluídas, refletindo continuamente, sobre as novas epistemologias e outras formas de construção de conhecimentos mais intercultural.

Nossa intenção ao falar sobre a nossa prática de educação antirracista dentro do Coletivo Dandaras, com o exemplo do curso “Enegrecendo a academia” foi mostrar que outros caminhos para educação superior são possíveis, caminhos que garantam a igualdade no acesso, debates a partir de outras epistemologias que não as de base eurocêntricas para questionar, repensar e reescrever o lugar do

outro, da América Latina, aqui em específico dos negros, na história.

Tendo consciência de que a educação é um privilégio no Brasil, e pensando nesta como instrumento de resistência e reelaboração do saber, é necessário que aquelas e aqueles que alcançam esse lugar tenham o compromisso de torna-lo mais igual, mais democrático, menos racista. E partir da inspiração da ancestral Dandara, o Coletivo Dandaras vem buscando caminhos para que a educação seja sim um lugar para a juventude negra, mas não como receptores de um conhecimento eurocêntrico que coloca a população negra numa situação inferior, mas como seres questionadores que baseados na teologia da libertação e na filosofia da libertação e outras epistemologias que valorizam sua história, seu lugar de fala, seu questionamento por um futuro que garanta igualdade para todos, não a igualdade formal, mas a igualdade substancial e a igualdade como reconhecimento.

O que se pretende evidenciar é que a educação como instrumento de resistência e reelaboração do saber, deve opor-se à barreira que se formou pelo temor das classes dominantes de ver o negro instruído. De acordo com a tese de bell hooks,

A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e de nossos camaradas, uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é educação como prática de liberdade. (HOOKS, 2013, p. 275).

Nesse cenário, a educação se apresenta, ante a sua capacidade socializadora, como um caminho de resistência, um dos mais importantes direitos da cidadania e um instituto chave para a promoção dos direitos humanos, em especial na realidade periférica, não se podendo mais atribuir ao sistema educacional apenas a função instrumental de difusão de conhecimentos técnicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Neusa Pereira. Jovens negros trabalhadores: um estudo sobre trajetórias de escolarização e resiliência na Educação de Jovens e Adultos de Ribeirão das Neves. Dissertação de Mestrado em Educação Tecnológica. Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Belo Horizonte, 2015.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. IrayCarone, Maria Aparecida Silva Bento (org). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. Revista Novos Estudos, n. 79, novembro, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988.
- CALEFFI, Ana Paula. Pensando a pesquisa intercultural: aspectos metodológicos e desafios da prática. GT: Povos Indígenas. Tema: Saberes Coloniais, Práticas de Mediação e Processos de Construção da Alteridade. 26º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu: MG. 2002.
- CAPELLA, Juan Ramón. Os cidadãos servos. Porto Alegre: Fabris, 1998.
- CARDOSO, Cláudia Pontes. Experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. Revista da ABPN. v. 10, n. 25. mar – jun. 2018.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo. In: SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade). Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Coleção Educação para todos, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. Contra a violência. 2007. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/contraviolencia-por-marilena-chauí>>. Acesso em 07 de mai. De 2019.
- CORREA, Silvio M. de Souza. O negro e a historiografia brasileira. Revista Agora. Santa Cruz do Sul, n. 1, 2000.
- FALS BORDA, Orlando. Una sociología sentipensante para América Latina. México, D. F.: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 36ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Políticas públicas para ascensão dos negros no Brasil: argumento pela ação afirmativa. Afro-Asia, Salvador, n.18. 1996.
- HARAWAY, Donna. Um manifesto para os ciborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rocco: Rio de Janeiro. 1994.
- JODELET, Denise. Ciências Sociais e representações: estudo dos fenômenos representativos e processos sociais, do local ao global. Revista Sociedade e Estado – Volume 33, Número 2, Maio/Agosto 2018.
- HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 90. IPEA – texto para discussão 807. 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0807.pdf>. Acesso em 07 de mai. 2019.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise, Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/políticas_sociais/bps_20_cap08.pdf>. Acesso em 06 de mai. 2019.
- LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LEÃO, Natália; CANDIDO, Marcia Rangel; CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JUNIOR, João. Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe (GEMAA), n. 1, 2017, pp. 1-21.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Análise da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES; Nelson, GRÓS-FOGUEL, Ramon. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o Racismo na escola. 2ª ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- NASCIMENTO, Gabriel. O negro na ciência brasileira contemporânea através de duas amostras. Revista Espaço Acadêmico, n. 206. Jul. 2018.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección SurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina, setembro 2005.
- RIBEIRO, Djamilia. O que é: lugar de fala. Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.
- SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. A mulher negra brasileira. Revista África e Africanidades, ano 2, n.5, 2009.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e poder: revisitando o “medo branco” no século XXI. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). [S.l.], v. 6, n. 13, p. 134-147, jun. 2014. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/155>>. Acesso em: 05 fev. 2019.
- SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: Quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2009.